

Especial

Demissões no
Brasil teve origem
em comportamentos
inadequados

PÁGINA 5

MATANÇA

Moraes manda RJ preservar vídeos de megaoperação

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o governo do Rio de Janeiro envie à Corte todos os laudos técnicos de necropsia dos corpos e de projéteis, bem como a lista dos policiais que utilizavam câmeras corporais na megaoperação realizada em 28 de outubro, quando 121 pessoas morreram nos complexos do Alemão e da Penha, na capital fluminense. Moraes determinou ainda que as imagens das respectivas câmeras sejam preservadas e apontou contradições a respeito dos objetivos da operação, com o governo fluminense indicando 51 alvos enquanto a procuradoria estadual fala no cumprimento de 69 mandados de prisão. **PÁGINA 5**

PROPINA

PGR pede condenação de deputados do PL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu nesta segunda-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação de dois deputados federais e um suplente do PL pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa. O pedido de condenação está nas alegações finais do processo no qual os deputados federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE) são acusados de cobrar propina para a liberação de emendas parlamentares. De acordo com a PGR, entre janeiro e agosto de 2020, os acusados solicitaram vantagem indevida de R\$ 1,6 milhão para liberação de R\$ 6,6 milhões em emendas para o município de São José de Ribamar (MA). **PÁGINA 7**

TELE

Justiça decreta falência da Oi e liquidação dos ativos

O drama da Oi chegou ao seu último capítulo após quase uma década em recuperação judicial. Ontem, foi decretada a falência da companhia, encerrando de vez o projeto da outrora super tele nacional. A ordem foi expedida pela juíza Simone Gastesi Chevrand, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, decretando a convalidação do processo de recuperação em falência. "Não há mais surpresas quanto ao estado do

Grupo em recuperação judicial. A Oi é tecnicamente falida", descreveu. No despacho, a magistrada apontou ainda para a liquidação ordenada dos ativos da Oi, visando maximizar o valor para pagamento do saldo remanescente junto aos credores. "Cessada a sanha de liquidação desenfreada, além da garantia da ininterrupção dos serviços de conectividade, é possível se proceder à sua liquidação ordenada". **PÁGINA 2**

INFILTRADO DE TARCÍSIO



PL Antifacção:
Derrite quer
impedir ação da
PF contra facção

O parecer do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) (**foto**) que modifica o projeto de lei (PL) Antifacção, originalmente enviado pelo poder Executivo, condiciona as investigações conjuntas da Polícia Federal (PF) com forças estaduais sobre crimes relacionados a facções criminosas a um pedido formal do governador. “Quando houver repercussão interestadual ou transnacional dos fatos, potencial de afetar a segurança nacional ou de desestabilizar a ordem pública internacional, poderá o Ministério da Justiça e Segurança Pública, mediante provocação do Governador do Estado, determinar a atuação conjunta ou coordenada das forças policiais federal e estaduais”, diz o projeto. **PÁGINA 6**

Lindberg diz que texto de Derrite tem objetivo de impedir a atuação da PF



O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (PT-RJ) (foto), voltou a criticar nesta segunda-feira, o texto apresentado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) para o projeto antifacção. Segundo Lindbergh, a proposta do secretário de Segurança de São Paulo "tem um objetivo claro de impedir a atuação da Polícia Federal". Para Lindbergh, a proposta visa "sabotar as investigações mais relevantes do país e blindar quem teme o avanço da Operação Carbono Oculto". As ponderações foram feitas no perfil do X do deputado na véspera de sessão plenária para qual está marcada a análise do projeto antifacção. **PÁGINA 6**

Para Sarrubbo, texto de Derrida limita combate a facções

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, afirmou nesta segunda-feira que o substitutivo do relator Guilherme Derrite (PP-SP), que modificou o projeto de lei (PL) Antifacção enviado pelo Executivo, limita o combate às facções ao deixar de fora organizações criminosas menores. “Muitas facções (menores) ficam sem a possibilidade de serem investigadas, por exemplo, por meio da criação de empresa fictícia para negociar com empresas que estão lavando dinheiro. Esse e outros mecanismos só valem para as hipóteses que ficaram na lei de terrorismo”, disse. Sarrubbo também criticou a exclusão do mecanismo que permitia a perda do bem apreendido caso o acusado não comprovasse a origem lícita do patrimônio. **PÁGINA 6**

INDICADORES														
IBOVESPA 0,69% / 155.132,32 / 1.068,79 / Volume: 22.159.039.542 / Negócios: 3.509.655									Bolsas no mundo			Salário mínimo R\$ 1.412,00	IGP-M -0,36% (out.)	EURO turismo
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento	%	Ufir-RJ R\$ 4,5373	IPCA-15 0,18% (out.)	Compra: 6,2114	Venda: 6,3914
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.			
CSAN3	6,17	+0,65	+0,04	IFCM3	2,510	+13,06	+0,290	OIBR4	2,43	-47,85	-2,23			
LREN3	14,50	+3,94	+0,55	HETA4	5,00	+10,86	+0,49	OIBR3	0,18	-35,71	-0,10			
PETR4	32,36	+0,56	+0,18	OBT3	14,010	+8,94	+1,150	MAPT4	3,00	-16,20	-0,58			
B3SA3	13,12	+1,08	+0,14	ANIM3	3,85	+8,76	+0,31	RCSL4	1,95	-15,58	-0,36			
GOLL54	4,84	+0,62	+0,03	TCSA3	1,39	+8,59	+0,11	SEQL3	0,630	-12,50	-0,90			
									Dow Jones 47.368,63 +0,81		Taxa Selic (05/11) 15%	CDI (05/11) 14,90%	DÓLAR Ptax - BC	
									S&P 500 6.832,43 +1,54		TR (11/11) 0,1720%	OURO BM&F/grama/RJ R\$ 704,03	DÓLAR comercial	
									NASDAQ Composite 23.527,174 +2,27		Poupança (11/11) 0,6729%	EURO Comercial Compra: 6,1347 Venda: 6,1353	DÓLAR turismo	
									Nasdaq 100 25.611,736 +2,20				Compra: 5,3063	Venda: 5,3069
									Euronext 100 1.709,64 +1,54				Compra: 5,3315	Venda: 5,5115
									CAC 40 8.055,51 +1,32					

MERCADOS

Bolsa estende série de recordes, aos 155 mil pontos; alta de 0,77%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Na mesma direção de ganhos de até 2,27% em Nova York (Nasdaq), que vinha sofrendo a pressão em torno da suspeita de bolha no setor de tecnologia - em especial na IA -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu ontem a marcha das máximas históricas, obtendo o 11º fechamento em nível recorde consecutivo, agora aos 155 mil pontos. Foi também o 14º avanço seguido para o índice da B3, perto de igualar a marca de 15 altas em série observada há mais de 31 anos, entre maio e junho de 1994, durante a implementação do Plano Real.

A expectativa de que se esteja perto de uma solução para o shutdown - como é conhecida a suspensão temporária e parcial de atividades do governo federal dos EUA em razão da falta de aprovação do orçamento, o que envolve inclusive a suspensão do pagamento de servidores públicos - deu apoio ao apetite por risco desde o exterior nesta

segunda, com reflexos positivos por aqui.

Na sessão da B3, o Ibovespa (Índice Bovespa) oscilou de 154.058,43 a 155.601,15 pontos, também em novo recorde intradiária, saindo de abertura aos 154.061,18 pontos. Ao fim, marcava 155.257,31 pontos, em alta de 0,77%, com giro a R\$ 22,1 bilhões. No mês, sobe 3,82%, colocando o ganho do ano a 29,08%, mais perto da marca de 31,58% de 2019.

Na B3, a abertura de semana contou com bom desempenho de carros-chefes, como Vale (ON +0,66%) e Petrobras (ON +0,88%, PN +0,56%). Entre as maiores instituições financeiras, exceção apenas para Banco do Brasil, com a ON em baixa de 0,48% no fechamento - destaque para Bradesco (ON +1,56%, PN +1,87%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Lojas Renner (+3,94%), Raizen (+3,57%) e Magazine Luiza (+3,44%). No campo contrário, Azzas (-2,05%), Suzano (-1,93%) e Usiminas (-1,82%).

Dólar cai a R\$ 5,30 com expectativa de fim de shutdown nos EUA

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar emendou nesta abertura da semana o quarto pregão consecutivo de queda e flertou com o rompimento do piso de R\$ 5,30. Divisas emergentes avançaram com o apetite ao risco no exterior diante da perspectiva de fim da paralisação (shutdown) da máquina pública nos Estados Unidos, após entendimento político no Senado americano.

O real apresentou ontem, ganhos inferiores a pares como os pesos chileno e colombiano, além do rand sul-africano. Operadores lembram que há certa cautela quando a taxa de câmbio se aproxima de R\$ 5,30, nível técnico que, se rompido, poderia abrir espaço para uma rodada ainda mais for-

te de apreciação da moeda brasileira.

Com mínima de R\$ 5,3043, o dólar à vista encerrou a sessão desta segunda, em baixa de 0,53%, a R\$ 5,3073 - menor valor de fechamento desde 23 de setembro (R\$ 5,2791). A moeda americana já acumula baixa de 1,36% em relação ao real nos primeiros seis primeiros pregões de novembro, após avanço de 1,08% em outubro. No ano, as perdas são de 14,12%.

No exterior, o índice DXY - que mede o comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis divisas fortes - rondou a estabilidade ao longo do dia, por volta dos 99,580 pontos. Em outubro, o Dollar Index recua pouco mais de 0,10%. As taxas dos Treasuries apresentaram leve alta.

BC/Focus

Estimativas do mercado para inflação e PIB permanecem estáveis

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As previsões do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos em 2025 - a expansão da economia e o índice de inflação - ficaram estáveis na edição desta segunda-feira do Boletim Focus. A pesquisa com instituições financeiras é divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC).

A estimativa para o crescimento da economia brasileira este ano permaneceu em 2,16%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) ficou

em 1,78%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 1,88% e 2%, respectivamente.

Puxada pelas expansões dos serviços e da indústria, no segundo trimestre deste ano a economia brasileira cresceu 0,4%. Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,41 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,50.

TELE

Justiça decreta falência da Oi e liquidação dos ativos

CIRCE BONATELLI/AE

O drama da Oi chegou ao seu último capítulo após quase uma década em recuperação judicial. Ontem, foi decretada a falência da companhia, encerrando de vez o projeto da outrora super tele nacional.

A ordem foi expedida pela juíza Simone Gastesi Chevrand, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, decretando a convocação do processo de recuperação em falência. "Não há mais surpresas quanto ao estado do Grupo em recuperação judicial. A Oi é tecnicamente falida", descreveu.

No despacho, a magistrada apontou ainda para a liquidação ordenada dos ativos da Oi, visando maximizar o valor para pagamento do saldo remanescente junto aos credores. "Cesada a sanha de liquidação desenfreada, além da garantia da

ininterrupção dos serviços de conectividade, é possível se proceder à sua liquidação ordenada, na busca da maximização de ativos em prol de todos aqueles atingidos pelo resultado deste processo".

A juíza determinou a continuação provisória das atividades da Oi até que os serviços sejam assumidos por outras empresas.

Por enquanto, a operação da Oi ficará com um dos administradores judiciais do processo, o escritório Preserva-Ação, que já havia sido nomeado interventor após o afastamento da diretoria e do conselho da empresa. A Justiça também dispensou a continuidade dos serviços prestados pelos outros dois administradores (escritórios Wald e K2).

A decisão pela falência da Oi foi tomada após a empresa e o seu interventor apontarem uma situação de insolvência dos negócios, na sexta-feira, 7. As par-

tes citaram a impossibilidade de a companhia arcar com o pagamento das dívidas, nem adotar medidas para dar um ânimo ao caixa.

Além disso, a Oi já havia descumprido partes do seu plano de recuperação em andamento. "A despeito de todas as tentativas e esforços, não há mínima possibilidade de equacionamento entre o ativo e o passivo da empresa. Não há mínima viabilidade financeira no cumprimento das obrigações devidas pela Oi", afirmou Chevrand.

A juíza deu sinal verde para os credores convocarem uma assembleia na qual vão eleger um comitê para tratar da liquidação da empresa. Neste momento, ficam suspensas todas as ações e execuções contra a falida, segundo ordem judicial.

Antes de ir de vez à lona, a Oi chegou a pedir para flexibilizar as condições atuais de pagamento aos credores, mas isso

não chegou a ser apreciado, dados os problemas observados. "O que se verificou pelas contas apresentadas pela Administração Judicial é que a proposta de aditamento, ainda que viesse a ser aprovada pelos credores, não possuiria o condão de elidir a situação de insolvência vivenciada pelo grupo", citou a juíza.

A Oi entrou em recuperação pela primeira vez em 2016, com R\$ 65 bilhões de dívidas. Hoje, está na segunda recuperação, com mais de R\$ 15 bilhões ainda a pagar em dívidas dentro e fora do processo de recuperação.

Há poucas semanas, a empresa fez o pedido de mudanças no plano de recuperação com vistas a flexibilizar os acordos com credores, o que não chegou a ser apreciado.

Além disso, a Oi se articulou para abrir um novo processo de recuperação nos Estados Unidos, também sem sucesso.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem superávit de US\$ 1,810 bilhão na 1ª semana de novembro

SANDRA MANFRINI/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,810 bilhão na primeira semana de novembro. O saldo foi resultado de exportações de US\$ 7,803 bilhões menos importações de US\$ 5,992 bilhões no período. Os dados foram divulgados ontem, pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Com esse desempenho se-

manal, no ano, a balança comercial acumula superávit de US\$ 54,205 bilhões no ano até a primeira semana de novembro. As exportações totalizam no período US\$ 297,533 bilhões e as importações, US\$ 243,328 bilhões.

Pela média diária, as exportações na primeira semana de novembro apresentam crescimento de 6,4% em relação à média verificada no mesmo mês de 2024. Enquanto isso, as importações cresceram 7,9% pela média diária, em igual período de

comparação.

O aumento das exportações foi puxado principalmente pelo crescimento, na agropecuária, das vendas de café não torrado (45,1%), soja (73,7%) e algodão em bruto (74,6%). Na indústria extrativa, destaque para as exportações de minério de ferro e seus concentrados (10,5%), minérios de cobre e seus concentrados (10,6%) e outros minérios e concentrados dos metais de base (185,9%). Destaque também para as vendas externas de car-

ne bovina fresca, refrigerada ou congelada (89,4%), Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (231,2%) e Instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores, e suas partes (140,6%) na Indústria de Transformação.

Nas importações, o desempenho teve reflexos de uma queda de 5,2% nas compras de produtos de agropecuária; alta de 11,5% em indústria extrativa; e crescimento de 8,0% em indústria de transformação.

ESTADO DE GREVE

Petroleiros rejeitam proposta da Petrobras

DENISE LUNA/AE

Os petroleiros rejeitaram em assembleias, por ampla maioria, a contraproposta da Petrobras para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/26, e aprovaram estado de greve para a categoria e assembleia permanente, informou a Federação Única dos Trabalhadores (FUP).

"O resultado demonstra a insatisfação generalizada com a postura da empresa e reforça a disposição dos trabalhadores em não aceitar retrocessos nos direitos da categoria e redução de custos promovida pela empresa em detrimento dos petroleiros", disse a FUP em nota. O resultado das assembleias foi comunicado pela entidade à Petrobras e suas subsidiárias Transpetro, Petrobars Biocombustíveis (PBio), Araucária Nitrogenados (Ansa), Termobahia e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil (TGB).



bir abusos no Sistema Financeiro Nacional (SFN), "que, na verdade, ele herdou".

Haddad disse que o trabalho do BC é mais do que a Selic. Especificamente sobre a regulação das fintechs, o ministro disse que o BC está fazendo o trabalho "com muito zelo, sem inibir a concorrência, mas mantendo robusto o sistema financeiro".

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com	

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE



CHILENO

Idoso é preso suspeito de furtar ao menos 12 malas em aeroportos

Um chileno de 65 anos foi preso pela Polícia Civil suspeito de praticar furtos em série no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, e no Aeroporto de Congonhas, na zona sul da capital paulista. A identidade dele não foi divulgada pela polícia.

A prisão ocorreu no dia 25 de outubro e foi resultado da investigação de um furto a um piloto. A equipe da Delegacia Especializada de Atendimento ao Turista (Deatur) identificou

o suspeito e o deteve no bairro do Tatuapé, na zona leste. Os crimes eram praticados há ao menos três meses.

De acordo com as investigações, o homem é apontado como autor de pelo menos nove furtos no Aeroporto Internacional de Guarulhos e é investigado por outros três crimes semelhantes ocorridos no Aeroporto de Congonhas. O suspeito foi encaminhado à delegacia e permaneceu à disposição da Justiça.

SUPERACÇÃO

Novos agentes são treinados para programa de combate à pobreza



O Governo de São Paulo realizou uma nova formação de agentes que atuarão no SuperAção SP, programa voltado à transformação de vidas e combate à pobreza. A capacitação é promovida pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), responsável pela contratação dos profissionais, e a Fipec (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Dez agentes passaram por aulas teóricas e práticas sobre construção de vínculos de confiança, uso de tecnologias digitais para monitoramento e elaboração dos planos familiares. O objetivo é garantir alinhamento metodológico, fortalecer a rede de apoio e assegurar que o atendimento às famílias ocorra de forma humanizada, eficiente e baseada em evidências.

“Cada agente é um elo fundamental entre o poder público e as famílias em situação de vulnerabilidade. Eles são responsáveis por levar informação, apoio e oportunidades para quem mais precisa”, destacou a secretária de Desenvolvimento Social, Andrezza Rosalém. “Com o SuperAção SP, estamos criando um novo modelo de política social, centrado nas pessoas e orientado a resultados concretos”, completa.

Entre os novos agentes em formação está Vera Mercado, pedagoga selecionada para atuar em São Roque, na região administrativa de Sorocaba. Ela conta que viu no programa a oportunidade de unir sua trajetória na área social ao desejo de continuar transformando vidas. “Trabalhei com jovens em vulnerabilidade, medidas socioeducativas e pessoas em situação de rua. Quando soube do SuperAção SP, pensei: é a minha chance de continuar ajudando as pessoas, com es-

trutura e reconhecimento”, conta.

Já a assistente social Sophia Frigi Pepato, que vai atuar em São Vicente, na Baixada Santista, viu no programa a chance de retribuir o carinho recebido em um dos territórios que serão atendidos. “Eu já morei nesse bairro e fui muito acolhida por todas as pessoas. Fico muito feliz de poder devolver esse carinho.”

Os agentes vão elaborar planos de desenvolvimento individualizados em conjunto com as famílias, além de conectá-las aos serviços e oportunidades de emprego e renda, apoiando-as no caminho rumo à autonomia. Cada profissional acompanhará ao menos 20 famílias, realizando visitas semanais, quinzenais ou mensais, de acordo com a necessidade de cada caso.

O ponto central desse processo é o Plano de Desenvolvimento Familiar (PDF), um documento construído junto com a família, que traça metas, objetivos e ações para cada integrante, com foco na inclusão produtiva, fortalecimento dos vínculos comunitários e acesso a serviços públicos nas áreas de saúde, educação, habitação e emprego e renda.

O modelo de atendimento segue três módulos complementares: Proteger, que visa garantir o acesso das famílias às políticas públicas disponíveis na região; Desenvolver, com foco em educação e capacitação profissional; e Incluir, voltado à inserção efetiva no mercado de trabalho por meio do emprego formal ou do empreendedorismo.

A formação dos novos agentes representa mais uma etapa na expansão do SuperAção SP, que segue avançando pelo estado. No início de dezembro, uma nova turma será realizada para atuar nos municípios que aderiram ao programa.

TRANSPORTE

STF mantém suspensão de lei que regulamenta mototáxi

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta segunda-feira manter a suspensão da lei do estado de São Paulo que regulamentou o transporte remunerado de passageiros por meio de aplicativos de mototáxi. LINK 1

Durante o julgamento virtual,

a maioria dos ministros da Corte validou a decisão individual do relator, ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu a norma estadual. A lei estabeleceu que os municípios do estado têm competência para regulamentar a prestação do serviço.

Em setembro deste ano, o ministro atendeu ao pedido de liminar feito pela Confederação Na-

cional de Serviços (CNS). De acordo com a entidade, somente o Congresso pode legislar sobre matérias de trânsito e transporte.

Ao analisar o caso, Moraes concordou com os argumentos e suspendeu a lei paulista.

“Tenho, assim, por aplicável ao caso os precedentes deste Supremo Tribunal Federal que censuram legislações locais edi-

tadas como escopo de regulamentar serviços de transporte urbano em contrariedade, ou sem o respaldo, de legislação federal”, disse o ministro.

Na sessão virtual, o voto do relator foi acompanhado pelos ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia, André Mendonça, Flávio Dino e Cristiano Zanin.

CONCESSÃO

SP recebe propostas para leilão da PPP de travessias hídricas

GEOVANI BUCCI/AE

O governo de São Paulo recebeu nesta segunda-feira, quatro propostas para disputar a concessão do Sistema de Travessias Hídricas do Estado. O leilão será realizado na próxima quinta-feira, às 16h, na Bolsa de Valores de São Paulo, na capital paulista.

Com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões, a Parceria Público-Privada (PPP) terá prazo de 20 anos e prevê a renovação completa das embarcações e terminais do litoral e interior

paulista.

As propostas foram entregues pelas empresas: Acqua Vias SP/Internacional Marítima, Comporte Participações e CS Infra.

Consórcio Travessias SP (formado por CLD Construtora, Biancar Serviços e Locações, Camila Navegação e Transporte, Engemais Empreendimentos e Participações, F. Andrei Neto e Raff Geração e Comércio de Energia Elétrica)

O sistema abrange 14 travessias que transportam cerca de 11 milhões de passageiros e 10 mi-

lhões de veículos por ano, sob regulação da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

No litoral, serão contempladas São Sebastião-Ilhabela, Santos-Vicente de Carvalho, Santos-Guarujá, Bertioga-Guarujá, Cananéia-Continente, Cananéia-Ilha Comprida, Cananéia-Ariri e Iguape-Juréia. Na Grande São Paulo, o pacote inclui Bororé-Grajaú, Taquacetuba-Bororé e João Basso-Taquacetuba. Já no Vale do Paraíba, serão alteradas as travessias de Porto Paraitinga, Porto Varginha e Porto

Natividade da Serra.

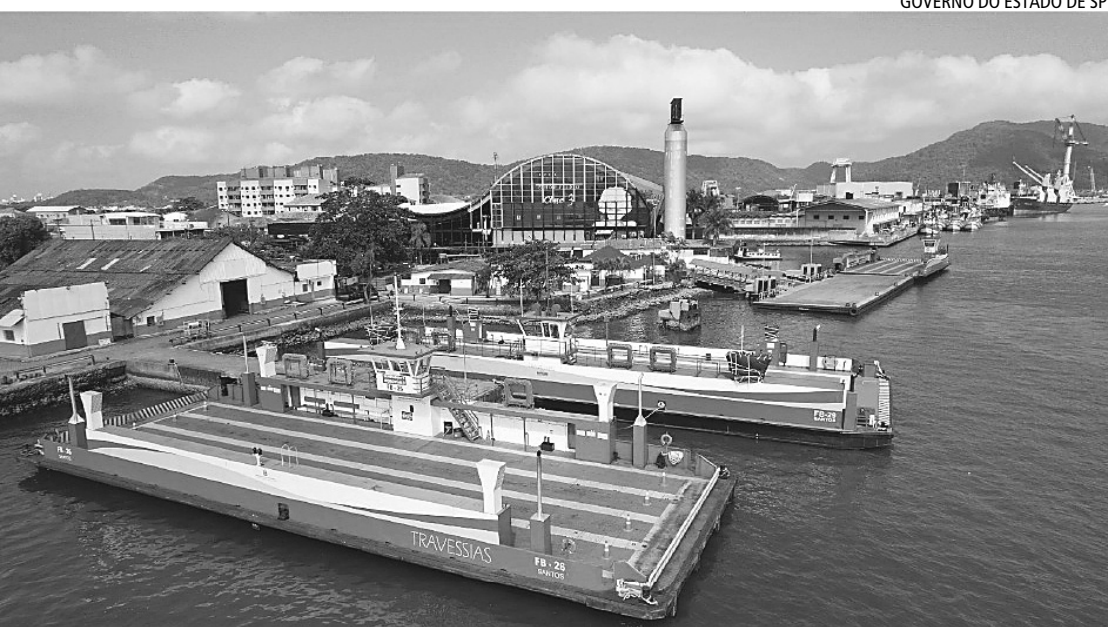
A secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Natália Resende, já afirmou ao Grupo Estado, que as gratuidades e isenções tarifárias das balsas serão mantidas. “A política tarifária permanecerá a mesma porque o sistema é deficitário. Por isso, precisa de uma contraprestação do estado para garantir a qualidade do serviço”, disse. Já foram investidos R\$ 735 milhões para viabilizar a iniciativa. Além disso, está prevista a inclusão de 45 novas balsas elétricas.

Travessias: projeto conquista certificação internacional de infraestrutura sustentável

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), alcançou um marco inédito na área de infraestrutura sustentável: o projeto da Parceria Público-Privada (PPP) de Travessias Hídricas recebeu a certificação Blue Dot Network (BDN), concedida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trata-se do primeiro projeto no Brasil a conquistar o selo ainda na fase de estruturação, antes mesmo do leilão

A certificação Blue Dot Network é o principal reconhecimento internacional de qualidade em infraestrutura e foi comunicada ao governo paulista na sexta-feira passada, em São Paulo, durante encontro entre o CEO do BDN Executive Consultation Group, Philippe Valahu, o secretário-executivo da SPI, Diego Domingues, e o diretor-presidente da CPP, Edgar Benozatti Neto.

Desenvolvida pela OCDE em parceria com países como Estados Unidos, Japão e Reino Unido, a Blue Dot Network garante que o projeto atende aos mais altos padrões globais de governança, sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e transparência financeira. Até agora, as demais certificações concedidas no país ocorreram apenas em empreen-



dimentos na fase de implantação, reforçando o pioneirismo do Governo de São Paulo ao conquistar o selo durante o processo de modelagem e estruturação.

“Essa certificação reforça o compromisso do Governo de São Paulo com a estabilidade regulatória, as boas práticas de governança e a entrega de projetos sustentáveis de alto padrão. Ela mostra que o Estado está preparado para atrair investimentos internacionais e conduzir parcerias com segurança e transparência”, afirmou Rafael Benini, Secretário de Parcerias em Investimentos.

A certificação da OCDE reco-

nhece projetos que estão alinhados com os Princípios do G20 para Investimentos em Infraestrutura de Qualidade, definindo rigorosos critérios de impacto ambiental (redução de emissões e proteção de ecossistemas), responsabilidade social (direitos trabalhistas, segurança e inclusão) e governança (anticorrupção, transparência e gestão responsável dos recursos públicos).

“Conquistar a certificação Blue Dot Network ainda na fase de estruturação mostra a robustez técnica e institucional do projeto e o compromisso do Governo de São

Paulo com padrões internacionais ESG. É um reconhecimento que reforça a confiança dos investidores e consolida o Estado como referência em projetos de infraestrutura sustentável”, destacou Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

O reconhecimento amplia a credibilidade do projeto junto a investidores e organismos multilaterais, posicionando São Paulo na vanguarda global da infraestrutura verde, transparente e de alta qualidade, em sinergia com a agenda ambiental e de inovação conduzida pela Semil.

SÃO BERNARDO

Carro despenca de alça do Rodoanel e mata quatro jovens

Um acidente em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, deixou quatro jovens mortos na noite de domingo passado. Segundo o boletim de ocorrência, o carro colidiu na barreira de concreto e despençou de uma altura de 10 metros de uma alça de acesso do Rodoanel. As vítimas são: Henrique Antonini Marioto, 25 anos, auxiliar de informática; Vitória

Sampaio, 22 anos, biomédica; Júlia Gasparino Pereira da Silva, 22, terapeuta ocupacional; Eduarda Aiko Shintaku Iwai, 21 anos, esteticista.

A Polícia Militar foi acionada e encontrou a única sobrevivente em estado de choque. Aos policiais, Giovanna Ribeiro da Rocha disse que o grupo voltava da Praia Grande. O carro era conduzido pelo namorado da jo-

vem, Henrique Antonini Marioto, e tinha como passageiras Vitória Giovanna Sampaio, Eduarda Aiko Shintaku Iwai e Julia Gasparino Pereira da Silva.

Segundo Giovanna, Henrique perdeu o controle do veículo, bateu na barreira de concreto e caiu na rodovia. Após o acidente, ela e Julia conseguiram sair do carro. No entanto, depois que desceu do veículo,

correu para longe e não viu o que aconteceu com Julia.

Dentro do veículo os policiais localizaram os corpos de Henrique, Vitória e Eduarda. Henrique e Vitória já estavam mortos. Eduarda Aiko foi socorrida com vida para o hospital de urgências, e faleceu na unidade de saúde.

O corpo de Julia Gasparino Pereira da Silva foi localizado na faixa de rolamento da via, também em óbito. Ela foi atropelada após o acidente. A polícia, a condutora do outro veículo envolvido disse que trafegava pelo Rodoanel quando viu o veículo acidentado e um corpo estirado no meio da pista.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

MATANÇA

Moraes manda RJ preservar vídeos e enviar laudos e fotos

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o governo do Rio de Janeiro envie à Corte todos os laudos técnicos de necropsia dos corpos e de projéteis, bem como a lista dos policiais que utilizavam câmeras corporais na megaoperação realizada em 28 de outubro, quando 121 pessoas morreram nos complexos do Alemão e da Penha, na capital fluminense.

Moraes determinou ainda que as imagens das respectivas câmeras sejam preservadas e apontou contradições a respeito dos objetivos da operação, com o governo fluminense indicando 51 alvos enquanto a procuradoria estadual fala no cumprimento de 69 mandados de prisão. Informações divulgadas à imprensa durante e logo após a ação mencionam ainda 100 mandados de prisão, dos quais 20 foram cumpridos e 15 alvos foram mortos.

“Dessa maneira, torna-se necessário esclarecer o número de mandados de prisão e de busca e apreensão efetivamente expedidos pela 42ª Vara Criminal da Capital (Processo nº 0840740-85.2025.8.19.0001) e efetivamente cumpridos durante a ‘Operação Contenção’”, escreveu o ministro.

O ministro afirmou não estar clara a “relação entre os destinatários desses mandados de



NELSON JR/STF

prisão e as pessoas efetivamente presas ou que faleceram durante a realização da citada operação”.

Segundo os números oficiais, apresentados pelo governador Cláudio Castro, a operação resultou em 17 presos por mandado e 82 presos em flagrante, incluindo 10 adolescentes apreendidos e 29 pessoas de outros estados.

Para esclarecer o ponto, Moraes mandou que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) envie ao Supremo a lista das pessoas com mandado de prisão expedido pela 42ª Vara Criminal que foram efetivamente presas e também informe se algum dos mandados de busca e apreensão da operação foi de fato cumprido.

Ele também determinou o envio da listagem completa dos presos e as informações sobre a

realização das respectivas audiências de custódia, que são obrigatórias e devem acontecer em até 24 horas da prisão.

As medidas foram determinadas na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, que ficou conhecida como ADPF das Favelas. Moraes é relator temporário do processo, ao menos até que alguém assuma a vaga deixada pela aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso.

O Supremo já julgou o mérito dessa ação, estabelecendo ao final uma série de medidas e protocolos que devem ser observados pelas autoridades de segurança para preservar os direitos fundamentais dos moradores de comunidades atingidas pelo crime organizado.

Mesmo após uma decisão final, o Supremo pode continuar a atuar para garantir que as de-

terminações sejam cumpridas.

INQUÉRITO

Moraes ordenou ainda que o delegado responsável pela 22ª Delegacia de Polícia, que fica no bairro carioca da Penha, informe em 48h sobre a abertura de inquérito para investigar os familiares dos mortos, por terem movido os corpos de onde se encontravam na mata até a parte baixa da comunidade.

A existência desse inquérito foi denunciada a Moraes durante reunião com representantes de entidades de defesa dos Direitos Humanos que atuam como parte interessada na ADPF das Favelas.

No encontro, foram relatadas ainda a dificuldade da imprensa e das famílias das vítimas para ter acesso ao teor das perícias do caso, bem como as condições precárias de trabalho da polícia técnico-científica do Rio de Janeiro.

Por último, o ministro suspendeu uma decisão da conselheira Fabiana Costa Oliveira Barreiro, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que havia barrado um pedido de informações feito pelo Ministério Público Federal (MPF) para ter acesso ao orçamento da operação.

Ao suspender a iniciativa do MPF, a conselheira alegou invasão da competência do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) para fiscalizar a atuação da polícia fluminense.

Moraes derrubou a decisão da conselheira e deu 48 horas para que ela se explique.

RAYANDERSON GUERRA/AE

O governador Cláudio Castro (PL) anunciou que um dos focos do governo do Rio, após a megaoperação nos complexos do Alemão e da Penha contra o Comando Vermelho (CV), será a retirada de barricadas em comunidades dominadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias no estado.

As operações para a retirada de barreiras em vias públicas já começaram ontem. Equipes do 31º BPM (Recreio) fizeram uma operação para a retirada de barricadas em comunidades da zona sudoeste do Rio.

"A nossa próxima fase, que eu já posso adiantar, nós vamos começar um grande programa de retirada de barricada. Onde a gente arrancar, se voltar, vai ter operação no dia seguinte. Eu vou acabar com

essa porcaria de barricadas no Rio de Janeiro. Vou gastar o que tiver que gastar. Tem muita barricada sobretudo na Baixada e na zona oeste", afirmou Castro, em entrevista ao podcast Inteligência Ilimitada.

De acordo com a Secretaria de Estado de Polícia Militar, os policiais militares realizaram operação nas comunidades do César Maia, Coroadó, Fontela, Muzema, Morro do Banco, Beco do 48 e Tijuquinha nesta segunda-feira.

"A ação teve como principais objetivos coibir os roubos nas regiões, prender criminosos e desobstruir vias. Quatro homens foram detidos, uma pistola, um simulacro de pistola, três granadas, um rádio comunicador, três veículos e drogas foram apreendidos. Além disso, oito toneladas de barricadas foram retiradas", disse.

GRATIFICAÇÃO FAROESTE

Castro reajusta em mais de 160% o auxílio-alimentação da PM

O governador Cláudio Castro anunciou, na manhã desta segunda-feira, uma medida esperada há mais de duas décadas pelos policiais militares do Rio de Janeiro: o auxílio-alimentação da tropa será reajustado em 166% já a partir da folha de pagamento de dezembro. Sem sofrer reajustes desde 2004, o benefício passa de R\$ 162,60 para R\$ 433,80 mensais.

“Esse é mais um passo importante da política de valorização dos policiais militares do nosso estado. Estamos proporcionando uma vida mais digna aos policiais, aqueles que não têm rancho em sua unidade de trabalho. Lembramos que atrás da farda tem um ser humano que merece ser cuidado e valorizado”, afirmou o governador Cláudio Castro.

Os “desarranchados” – po-

liciais lotados em unidades ondo não há rancho – somam hoje cerca de 14 mil praças e oficiais. A última correção do valor do benefício foi realizada em setembro de 2004, através do decreto 36.280.

O secretário de Estado de Polícia Militar, coronel Marcelo de Menezes Nogueira, explicou que a correção foi concretizada por meio de um grande esforço coletivo para atender o legítimo anseio de quase um terço da tropa, sem impactar financeiramente o estado, pois o reajuste está dentro da dotação orçamentária da SEPM.

“Oferecer melhores condições de trabalho para os nossos policiais, além de valorizá-los, representa, certamente, um impacto real na produção dos resultados da segurança pública”, afirmou o coronel Menezes.

OFENSA

Castro repudia críticas de Boulos e chama ministro de paspalhão

RAISA TOLEDO/AE

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou no sábado passado, ao falar sobre combate ao crime, que governadores bolsonaristas fazem “demagogia com sangue, ao tratar todo mundo da comunidade como se fosse bandido”.

Segundo o ministro, essa é a visão dos governadores do Rio, Cláudio Castro (PL), de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de outros chefes de Executivo estadual apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). No mesmo dia, Castro rebateu e chamou Boulos de “paspalhão”.

A declaração de Boulos ocorreu durante lançamento do programa Governo na Rua em Campo Limpo, zona sul de São Paulo. A jornalista, ele falou sobre o combate ao crime e fez referência à megaoperação nos complexos da Penha e do Alemão no Rio de Janeiro, tornando-se a mais letal da história do Estado.

"A gente acredita que o combate ao crime tem que ser feito da maneira correta, como

a Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, para pegar o peixe grande, não o bagrinho. O peixe grande está na Avenida Faria Lima, não na favela", afirmou.

Em resposta, durante a 56ª Convenção da Confederação Israelita do Brasil, também em São Paulo, Castro reagiu às críticas chamando o ministro de “paspalhão”. “Quem? Esse é um paspalhão. Vambora, próximo”, respondeu, ao ser questionado sobre as críticas.

O governador também defendeu a atuação das forças de segurança fluminenses, classificando a ação como “o início de um movimento”. “O que aconteceu no Rio não foi uma operação, foi o início de um movimento, onde os cidadãos desses Estados e do Brasil todo não aguentam mais essa criminalidade”, disse.

Dias após a ação, que deixou 121 mortos, Castro anunciou ao lado de outros chefes de Executivo estaduais a criação de um consórcio de segurança pública para que Estados se apoiem no enfrentamento ao crime organizado.

Carreira em pauta: metade das demissões no Brasil em 2024 teve origem em comportamentos inadequados



PEXELS

POR BÁRBARA SOUZA

Um levantamento divulgado pelo Observatório de Carreiras e Mercado, da PUCPR, revela um dado alarmante para o mercado de trabalho brasileiro: em 2024, **50% das demissões** no país tiveram como principal motivo comportamentos considerados inadequados no ambiente corporativo.

Essa estatística acende o sinal vermelho não apenas para a rotatividade das equipes, mas também para a crescente relevância das chamadas “soft skills” (habilidades socioemocionais) no momento de avaliar candidatas e manter talentos nas organizações.

Segundo o relatório, a causa comportamental superou em 2024 outras razões comumente apontadas para desligamentos, como automação de processos e cortes de custos, cada uma delas representando cerca de 25% dos casos. Em outras palavras: mais do que tecnologia ou orçamento, atos, atitudes e atitudes de relacionamento parecem hoje pesar decisivamente no vínculo empregatício. Para muitos gestores, um único indivíduo cuja postura compromete a colaboração, a comunicação ou a cultura da empresa deixa de ser uma “variável menor”, e passa a ser uma ameaça potencial à produtividade, à retenção dos demais e à reputação do ambiente de trabalho.

Nesse cenário, as habilidades socioemocionais, que incluem comunicação, adaptabilidade, empatia, inteligência emocional, colaboração, ganham protagonismo e força. Um artigo da Forbes Brasil destaca que competências como curiosidade, aprendizagem

contínua, resiliência, flexibilidade e autoconsciência são hoje apontadas como as mais relevantes pelas empresas. Esse mesmo estudo afirma que essas qualidades, diferentemente das “hard skills” (conhecimentos técnicos ou profissionalizantes), são menos suscetíveis à automação e permitem ao colaborador lidar com incertezas, mudanças e interações humanas complexas.

Assim, as empresas estão vendo na prática que não basta contratar alguém com ótimo currículo técnico, se esse colaborador falhar em construir pontes com a equipe, em se adaptar a ritmo acelerado ou em enfrentar conflitos de forma construtiva. O desligamento por “comportamento inadequado” amplia o debate sobre como as organizações avaliam essas competências no momento de recrutamento e seleção, e como apoiam o desenvolvimento desses atributos internamente. Investir em treinamentos que desenvolvam soft skills, criar avaliações mais abertas sobre perfil comportamental, fomentar ambientes que valorizem o diálogo e a cooperação tornam-se fatores estratégicos.

Do ponto de vista dos candidatos, a mensagem também é forte: na era do “talento humano conectado”, dominar softwares ou tecnologias pode garantir a porta de entrada, mas o diferencial para crescimento e estabilidade passa por demonstrar compromisso com valores, facilidade de adaptação e boa convivência.

Por fim, o indicador do Observatório traz à tona uma reflexão mais ampla sobre cultura organizacional: se metade das demissões é motivada por questões comportamentais, há indícios de que muitas empresas enfrentam lacunas no alinhamento entre valores professados, práticas internas e expectativas dos colaboradores. Em outras palavras, a valorização das soft skills não se resume a contratar bem, mas também a estruturar um ambiente que permita que essas competências floresçam a comunicação fluida, feedbacks constantes, propósito compartilhado, respeito às diferenças. O desafio, portanto, está tanto no indivíduo quanto na organização, e o mercado de trabalho brasileiro parece estar reconhecendo isso com mais clareza do que nunca.

GOVERNO NA RUA

Programa do governo quer aprofundar conexão com periferias

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, lançou na tarde deste sábado passado, na periferia da capital paulista, a iniciativa Governo na Rua, ação para ouvir a população e levar as demandas para o governo federal. O evento ocorreu na região do Capão Redondo, na zona sul, em um campo de futebol no Morro da Lua.

“É uma iniciativa que nos permite, através do Ministério da Secretaria Geral da Presidência, ouvir as pessoas. Hoje, nós fizemos aqui um exercício de escuta. Falou o entregador de aplicativo, falou a trabalhadora da escala 6 por 1, falaram jovens da região colocando as suas demandas, falaram aqui movimentos sociais de luta por moradia, falou a cultura periférica”, disse Boulos.

O ministro destacou que a iniciativa irá atender a todos os estados do país e também funcionará de maneira online, pela internet. Ele destacou que a ação pretende aprofundar a conexão do governo com as periferias.

“O presidente Lula ganhou por ampla margem entre quem ganha menos de dois salários mínimos, que é a maioria do povo que está nas periferias. A missão que o presidente Lula me deu foi aproximar ainda mais as políticas do governo federal, do governo do Brasil, com o povo que está nas periferias”, acrescentou.

De acordo com Boulos, a iniciativa funcionará digitalmente pela plataforma Brasil Participativo, por meio do Orçamento Participativo Digital.

“O povo também tem que apresentar o que quer que esteja no orçamento do governo do Brasil. Nessa plataforma, é só botar seus dados, botar ali e falar, ó, na minha região a prioridade é isso aqui ou é aquilo outro. E aí todo mundo vai poder ter o seu dedo, a sua mão na decisão de para onde vai o dinheiro do governo federal”, explicou.

RORAIMA

TSE retoma hoje julgamento que pode cassar governador

BRUNA ROCHA/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma nesta terça-feira, o julgamento que pode cassar o mandato do governador de Roraima, Antônio Denarium (PP) (foto), acusado de abuso de poder político e econômico.

Denarium foi condenado quatro vezes pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) em 2023, por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Ele permanece no cargo enquanto os recursos são analisados, situação que se mantém devido à suspensão temporária do processo.

O caso já havia sido pautado em agosto, mas a análise foi suspensa logo após o voto da relatora, ministra Isabel Gallotti, em razão de um pedido de vista do ministro André Mendonça.

Em nota, a assessoria do governador afirmou que continua “confiando na Justiça, nas instituições e em todos que, assim como nós, acreditam em um Estado melhor para viver, trabalhar e empreender”.

Denarium destacou ainda os avanços do estado: “Um Estado que se destaca no Brasil com o maior crescimento do PIB, a maior redução do número de homicídios, com aumento da área plantada e do

DEMANDAS

Liderança jovem da periferia, Guilherme Coelho pediu protagonismo da juventude nas decisões do governo.

“É importante demais a gente ter a juventude incluída nesses espaços de discussão de políticas públicas. A gente não quer só ser ouvido. A gente quer ter esse protagonismo de estar junto na mesa, discutindo com a população a implantação das políticas públicas que vão servir para a gente”, disse.

A coordenadora do Movimento Vida Além do Trabalho, Bruna Simões Miranda, defendeu o fim da escala 6x1 e maior atenção com a saúde mental dos trabalhadores.

“A gente sabe que aqui na periferia a maioria trabalha no esquema 6x1, e o nosso movimento está pedindo para que a gente tenha mais vida, para que a gente possa ter tempo para a nossa família, e para cultivar a nossa fé”, defendeu.

“Dizem que a economia vai quebrar sem a escala 6x1, que vai ter desemprego. Levantamos dados. Mas nós somos os dados, nós somos quem está com a saúde mental afetada”, acrescentou.

O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Direito, Elias Pereira Freitas da Silva, conhecido como Júnior Freitas, defendeu políticas públicas voltadas aos entregadores por aplicativo, e a participação da categoria nos espaços de poder.

“A gente está sendo sucateado nas ruas todos os dias. Os jovens desse país estão morrendo nas ruas trabalhando para aplicativo que hoje está ganhando bilhões em cima das costas dos trabalhadores”, disse.

“A gente precisa de pessoas comprometidas com o povo trabalhador, porque elas exercem cargos, eleitas por nós. Mas quem manda é a população e é por isso que a gente não pode deixar de lutar. Hoje é simbólico, mas é muito importante”, acrescentou.

WILSON DIAS/ABRASIL



rebanho bovino”, disse em publicação nas redes sociais.

Na sessão, também será julgado o vice-governador Edson Damião (Republicanos), acusado pelos mesmos crimes. A ministra Isabel Gallotti, apontou que o número de beneficiários do programa “Cesta da Família” aumentou 400% em 2022, passando de 10 mil para 50 mil pessoas atendidas.

Em seu voto, Gallotti destacou ainda o programa “Morar Melhor”, voltado à reforma de moradias de famílias de baixa renda, afirmando que ele foi “um engenhoso expediente que culminou na criação de novos programas em ano eleitoral, com divendos eleitorais em favor do candidato à reeleição ao governo do Estado”.

PL ANTIFACÇÃO

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O parecer do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) que modifica o projeto de lei (PL) Antifacção, originalmente enviado pelo poder Executivo, condiciona as investigações conjuntas da Polícia Federal (PF) com forças estaduais sobre crimes relacionados a facções criminosas a um pedido formal do governador.

“Quando houver repercussão interestadual ou transnacional dos fatos, potencial de afetar a segurança nacional ou de desestabilizar a ordem pública internacional, poderá o Ministério da Justiça e Segurança Pública, mediante provocação do Governador do Estado, determinar a atuação conjunta ou coordenada das forças policiais federal e estaduais”, diz o projeto.

O secretário de segurança de São Paulo, Guilherme Derrite, se licenciou do cargo para relatar o PL 5.582 de 2025, que en-

trou na pauta da Câmara dos Deputados nesta terça-feira.

O professor de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Rodrigo Azevedo, associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, avalia que a mudança é um retrocesso que limita a atuação da PF contra o crime organizado.

“É um retrocesso. Esse parágrafo cria uma dificuldade, um entrave, tanto que essa atuação da Polícia Federal vai depender de uma provocação do governador. (O texto) de uma forma absolutamente genérica. Então não há como garantir com isso a mínima segurança jurídica em relação a essa previsão de para quais situações isso se coloca”, explicou.

Na avaliação do especialista, a medida vai no sentido oposto da PEC da Segurança, enviada pelo governo federal, que prevê maior integração entre as forças de segurança.

“Hoje não precisa dessa pro-

vocação prévia do governador, ou mesmo do Ministério da Justiça. Quando há um delito que tem essa repercussão interestadual ou transnacional, automaticamente a competência para isso é remetida para a Polícia Federal e para a Justiça Federal. E aí ela vai atuar em coordenação com as polícias estaduais, como tem acontecido já normalmente”, completou.

Por outro lado, o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), o delegado da Polícia Civil Rodolfo Laterza, avalia que a mudança proposta por Derrite não inviabiliza o trabalho da PF, que estaria resguardada no texto.

“Ao contrário, fortalece os mecanismos de integração e respeito ao pacto federativo, evitando sobreposição de apurações que muitas vezes levam a retrabalhos. O dispositivo fortalece a atuação conjunta ou coordenada entre as forças estaduais e federal”, destacou.

ATRITOS

A escolha de um secretário do governo de São Paulo, de oposição ao governo federal, para relatar o PJ assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi interpretado por governistas como uma “provocação” do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que é do mesmo partido do governador Tarcísio de Freitas.

Por meio de uma rede social, Motta rebateu críticas. “Quando o tema é segurança, não há direita nem esquerda, há apenas o dever de proteger”, disse Motta.

O presidente da Câmara afirmou que o parecer do Derrite “preserva” avanços do projeto do governo federal

“O Marco Legal de Combate ao Crime Organizado” traz o melhor do PL apresentado pelo Governo Federal e o melhor de iniciativas debatidas dentro do Congresso. E tudo isso sem perder a nossa soberania”, disse Motta.

PEPITA ORTEGA/AE

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (PT-RJ), voltou a criticar nesta segunda-feira, o texto apresentado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) para o projeto antifacção. Segundo Lindbergh, a proposta do secretário de Segurança de São Paulo “tem um objetivo claro de impedir a atuação da Polícia Federal”. Para Lindbergh, a proposta visa “sabotar as investigações mais relevantes do país e blindar quem teme o avanço da Operação Carbono Oculto”.

As ponderações foram feitas no perfil do X do deputado na véspera de sessão plenária para qual está marcada a análise do projeto antifacção. A proposta foi enviada pelo governo à Câmara na esteira da megaoperação que deixou 121 mortos no Rio de Janeiro. Já era esperado um embate entre governistas, centrão e oposição na discussão da proposta, mas a disputa ganhou novos contornos com a indicação, pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de que o relator do tema seria o secretário do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Conforme mostrou a coluna de Marcelo Godoy no Estadão, o promotor Lincoln Gakiya, que investiga a PCC e está jurado de morte pela facção, afirmou que o texto pode excluir não só a



LULA MARQUES/ABRASIL

PF, mas também o Ministério Público, afetando investigações contra o crime organizado.

Segundo Lindbergh, a proposta de Derrite, ao prever que “a investigação criminal caberá às Polícias Cíveis e a competência para processamento e julgamento será da Justiça Estadual”, “retira a PF das apurações”. O líder do PT também questionou a indicação de que a atuação federal só se dará “mediante provocação do Governador do Estado”. Na visão do deputado, tal especificação

“engessa completamente investigações interestaduais e transnacionais, como a Operação Carbono Oculto”.

A citada operação foi aberta no final de agosto para combater a infiltração do crime organizado na economia formal do País - no caso, o setor de combustíveis, cuja parte, segundo investigadores, foi cooptado pelo PCC. A maior parte dos mandados da ofensiva foi cumprida na Faria Lima, principal centro financeiro do País.

“Em vez de fortalecer o com-

bate ao crime organizado, o relator faz o oposto: tira poder da PF, protege redes de lavagem e impede a cooperação direta entre polícias, na contramão do que foi proposto na PEC da Segurança”, anotou ainda o líder do PT sobre a proposta de Derrite. De acordo com Lindbergh, o substitutivo elaborado pelo secretário do governo Tarcísio é uma “manobra inconstitucional”, por ferir artigo da lei maior que “trata da competência em infrações interestaduais ou transnacionais”.

Substitutivo de Derrite limita combate a facções criminosas, diz Mário Sarrubbo

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, afirmou nesta segunda-feira que o substitutivo do relator Guilherme Derrite (PP-SP), que modificou o projeto de lei (PL) Antifacção enviado pelo Executivo, limita o combate às facções ao deixar de fora organizações criminosas menores.

“Muitas facções (menores) ficam sem a possibilidade de serem investigadas, por exemplo, por meio da criação de empresa fictícia para negociar com empresas que estão lavando dinheiro. Esse e outros mecanismos só valem para as hipóteses

que ficaram na lei de terrorismo”, disse em entrevista exclusiva à Agência Brasil.

Sarrubbo também criticou a exclusão do mecanismo que permitia a perda do bem apreendido caso o acusado não comprovasse a origem lícita do patrimônio, ainda que a operação policial seja anulada.

“Esse é um mecanismo conhecido como ação de extinção de domínio previsto em várias legislações europeias e que serve para asfixiar financeiramente as organizações criminosas. Simplesmente esse mecanismo não foi colocado nesse PL”, lamentou.

O responsável do Ministério

da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para o tema avaliou ainda que Derrite praticamente “destroçou” o projeto do Executivo, que a pasta não foi procurada para discutir as mudanças e que há muita pressão para se votar um tema dessa magnitude.

O presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), pautou o tema para votação nesta terça-feira no plenário, gerando críticas de governistas, que viram a decisão como uma “provocação”, por se tratar de um opositor. O relatório do Derrite foi apresentado na última sexta-feira.

Sarrubbo acrescentou que o relatório do secretário de Segu-

rança Pública de São Paulo, que se licenciou do cargo para relatar esse projeto, coloca em risco o Brasil em relação a países estrangeiros ao equiparar as ações do narcotráfico a ações terroristas.

“Para um país estrangeiro, não haverá distinção nenhuma nessa questão. Ou seja, o estrangeiro vai olhar e vai falar que estamos equiparando a terrorista. Vão dizer que o Brasil abriga grupos terroristas”, afirmou.

O secretário nacional de Segurança Pública ainda defende que é inconstitucional o artigo que submete a atuação conjunta da PF com outras polícias a um pedido do governador.

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

PGR pede condenação de deputados do PL por propina

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu nesta segunda-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação de dois deputados federais e um suplente do PL pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa.

O pedido de condenação está nas alegações finais do processo no qual os deputados federais

Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE) são acusados de cobrarem propina para a liberação de emendas parlamentares.

De acordo com a PGR, entre janeiro e agosto de 2020, os acusados solicitaram vantagem indevida de R\$ 1,6 milhão para liberação de R\$ 6,6 milhões em emendas para o município de São José de Ribamar (MA).

A denúncia será julgada pela Primeira Turma da Corte. A data do julgamento ainda não foi marcada.

Durante a tramitação do processo, Josimar Maranhãozinho declarou ao Supremo que as acusações da PGR contra o parlamentar se "mostram frágeis e desfundamentadas".

Os advogados de Bosco Costa defenderam a rejeição da denúncia por falta de provas. A defesa afirmou ao Supremo que a

acusação está baseada em "diálogos de terceiros e anotações manuscritas desconhecidas de Bosco".

A defesa de Pastor Gil defendeu a ilegalidade das provas obtidas na investigação por entender que o caso deveria ter iniciado no STF, e não na Justiça Federal do Maranhão. Os advogados também acrescentaram que a denúncia é baseada em "hipóteses e conjecturas".

BELÉM

COP30: 111 países já entregaram relatórios de metas climáticas

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O primeiro dia da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, a convenção de clima das Nações Unidas, terminou com a entrega de 111 relatório de metas climáticas, as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs na sigla em inglês), informou ontem a diretora executiva da COP30, Ana Toni.

Estabelecidos no Acordo de Paris, os planos nacionais devem ser atualizados pelos 195 países signatários do acordo a cada cinco anos. Entretanto, até fevereiro, data estipulada para a entrega, o percentual era ínfimo.

Antes da abertura da COP30, 79 países haviam entregado suas metas.

“Hoje à tarde nós ficamos sabendo que já temos 111 relatórios de NDCs que foram publicados”, comemorou. “Temos 194 países credenciados para Belém e isso mostra que estamos fortalecendo multilateralismo”, acrescentou Ana durante entrevista coletiva.

A diretora executiva da COP30 também falou sobre as negociações, que resultaram na aprovação da agenda de ações. As negociações resultaram, segundo Ana, em 145 temas prioritários a serem trabalhados até o dia 21, quando termina a conferência.

“A grande notícia hoje é que pudemos adotar a agenda de ações. Eu quero lembrar que nos últimos quatro anos não pudemos abrir a agenda no primeiro dia. Abrir a agenda no dia certo,

nesse momento geopolítico, pode parecer pouco, mas é importante lembrar que nas últimas quatro COPs não conseguimos fazer. Se você não abre a agenda em todos os tópicos você não consegue avançar”, afirmou.

TECNOLOGIA

Para a diretora, um dos temas que terá mais dificuldade nas negociações é a tecnologia. O Acordo de Paris prevê a transferência de tecnologia e capacitação para auxiliar os países mais pobres nas ações de mitigação, adaptação e cumprimento das NDCs.

Inicialmente, o tema foi tratado, em junho deste ano, na SB60 (Sessão dos Órgãos Subsidiários), também chamada de Conferência sobre Mudança Climática de Bonn (Bonn Climate

Change Conference), que é um encontro anual que ocorre na Alemanha de preparação para a Conferência das Partes.

A conferência reúne representantes de governos, cientistas, ativistas e observadores de todo o mundo para discutir aspectos específicos das ações climáticas e prepara o terreno para as decisões que são tomadas nas COPs

“O tema de tecnologia foi um dos poucos que não teve acordo, quase todos saímos da reunião de Bonn com o acordo. Esse é um dos temas da negociação que para nós é muitíssimo importante: transferência de capacidade e tecnologias para os países em desenvolvimento podem acelerar os seus planos de adaptação e as suas NDCs”, apontou.

Alemanha e Espanha anunciam doação de US\$ 100 milhões para programa do Climate Investment Fund

A Alemanha e a Espanha iniciaram sua participação na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas anunciando doação de US\$ 100 milhões para o programa Acelerando Investimentos em Resiliência e Inovações para Economias Sustentáveis, que foi criado pelo Climate Inves-

tment Fund, mecanismo multilateral de US\$ 13 bilhões, que opera vinculado ao Banco Mundial.

Um anúncio foi feito durante encontro entre líderes de bancos multilaterais, governos e fundos climáticos que aconteceu na manhã desta segunda-feira na Blue Zone, no

Parque da Cidade, onde acontecem os trabalhos oficiais da COP30.

Durante o final de semana, a Suíça oficializou a doação de 5 milhões de francos suíços - aproximadamente R\$ 33 milhões - para o Fundo Amazônia. Para o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF

na sigla em inglês), que o Brasil considera uma das prioridades desta COP, foram arrecadados pouco mais US\$ 5,5 bilhões.

O volume foi considerado positivo, a despeito da frustração com a falta de comprometimento de alguns países, como Reino Unido.

Flotilha Yaku Mama chega à COP30 em Belém com reivindicações de povos indígenas

Mais de 60 lideranças e ativistas ambientais concluíram uma viagem de barco de 25 dias e chegaram a Belém ontem para apresentar reivindicações durante a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30).

A iniciativa foi idealizada por entidades indígenas da região, entre elas a Articulação dos Po-

vos Indígenas do Brasil (Apib). A flotilha Yaku Mama saiu do Equador e passou pela Colômbia até chegar a Belém.

A porta-voz da Flotilha Yaku Mama, Lucia Ixchiu, diz que o objetivo é criar estratégias conjuntas entre os povos indígenas.

“Para nós, o mais importante é construir solidariedade além fronteiras, porque a situação

mundial é muito difícil. Precisamos, por exemplo, combater a poluição do rio Amazonas”, diz.

Outra reivindicação é uma maior participação na gestão dos territórios. Também querem acesso à água potável e um combate mais efetivo à mineração, à exploração de petróleo e à violência contra os povos originários.

O líder indígena Pablo Inuma

Flores, da região do Baixo Madre de Diós, no Peru, disse que é preciso dialogar de forma construtiva.

“O objetivo é ter combustíveis limpos, que não poluam e evitar derramamentos queremos zero combustíveis fósseis, zero mineração ilegal, zero extrativismo, zero desmatamento e zero extração ilegal de madeira”.

PL ANTIFACÇÃO

PF diz que proposta de Derrite é 'verdadeiro retrocesso' no combate a facções criminosas

A Polícia Federal divulgou nota nesta segunda-feira, manifestando preocupação a proposta de alteração no projeto antifacção apresentada pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP). Em nota divulgada no site da corporação, a PF diz que o texto retira atribuições do órgão de investigação criminal.

"A proposta original, encaminhada pelo Governo do Brasil, tem como objetivo endurecer o combate ao crime e fortale-

cer as instituições responsáveis pelo enfrentamento às organizações criminosas. Entretanto, o texto em discussão no Parlamento ameaça esse propósito ao introduzir modificações estruturais que comprometem o interesse público", diz a nota.

Segundo a PF, o relatório do deputado Derrite, cujo nome não é citado na nota, "o papel institucional histórico da Polícia Federal no combate ao crime - especialmente contra crimino-

sos poderosos e organizações de grande alcance - poderá sofrer restrições significativas".

A proposta do deputado, aponta a PF, obrigaria a instituição só poderia entrar em investigações a pedido de governos estaduais, "o que constitui um risco real de enfraquecimento no combate ao crime organizado".

"Essa alteração, somada à supressão de competências da Polícia Federal, compromete o alcance e os resultados das inves-

tigações, representando um verdadeiro retrocesso no enfrentamento aos crimes praticados por organizações criminosas, como corrupção, tráfico de drogas, desvios de recursos públicos, tráfico de pessoas, entre outros", diz a nota.

A PF diz que, pelas regras propostas pelo deputado, as operações recentes contra o crime organizado não teriam ocorrido se as regras do texto de Derrite já estivessem valendo.

DESVASTAÇÃO

Famílias atingidas por tempestade no PR vão receber até R\$ 50 mil

As famílias da cidade de Rio Bonito do Iguacu, no interior do Paraná, atingidas por uma forte tempestade no fim da tarde de sexta-feira passada, vão receber ajuda de até R\$ 50 mil, segundo anúncio do governo do estado. No total, serão destinados à região afetada R\$ 50 milhões. O dinheiro, segundo Hudson Teixeira, secretário estadual da Segurança Pública, é do Fundo Estadual de Calamidade Pública (Fecap).

Os recursos serão repassados diretamente às famílias e é um auxílio para a reconstrução de suas casas. A medida foi encaminhada à Assembleia Legislativa já no sábado passado e votada em regime de urgência no domingo pelos deputados estaduais.

Também está autorizada a reconstrução das escolas danificadas. Devido a toda a des-

truição nas instituições de ensino, a prova do Enem teve de ser adiada para outra data.

Segundo o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar), o interior do estado foi atingido por três tornados durante a tempestade de sexta-feira. A cidade de Rio Bonito do Iguacu sofreu estragos em cerca de 90% de sua área urbana após a tempestade de categoria F3, com ventos que chegaram a até 250 quilômetros por hora. As milhares de pessoas desabrigadas estão em alojamentos disponibilizados pelo governo local.

Os municípios de Turvo e de Guarapoava também registraram o fenômeno, ambos de categoria F2.

No total, seis pessoas morreram e mais de 700 ficaram feridas, segundo informações da Defesa Civil.

STF

Toffoli anula provas da Lava Jato contra ex-primeira-dama do Peru

PAULO PINTO/ABRASIL



ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Dias Toffoli (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a anulação de provas da Operação Lava Jato contra a ex-primeira-dama do Peru Nadine Heredia Alarcón.

Toffoli atendeu ao pedido dos advogados de Nadine para que seja reconhecida a nulidade de provas obtidas por meio de investigações que envolveram os sistemas Drousys e My Web Day, mantidos pela antiga empreiteira Odebrecht para organizar o pagamento de propina a agentes públicos.

Desde abril deste ano, Nadine está no Brasil após solicitar asilo diplomático ao governo brasileiro. Ela é esposa do ex-presidente do Peru Ollanta Humala.

Na Justiça peruana, Nadine Heredia e Ollanta Humala foram condenados a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro, sob acusação de terem recebido valores ilícitos para

campanha política, em 2011, em um caso envolvendo a construtora brasileira, que também atuou no Peru.

Na decisão, o ministro estendeu para Nadine o entendimento que também anulou diversos procedimentos da Lava Jato que utilizaram os sistemas da Odebrecht, cujas provas foram consideradas ilegais pelo Supremo.

Com a manifestação do ministro, fica proibido o compartilhamento de provas dos sistemas com autoridades peruanas.

“Determino, outrossim, que seja encaminhada ao Ministério da Justiça cópia da presente decisão, notificando a mencionada imprestabilidade, quanto à requerente, dos referidos elementos de prova, ressaltando-se, desde já, a vedação da prática, em território nacional, de quaisquer atos instrutórios ou de cooperação a partir destes elementos para que sejam encaminhados ao governo do Peru”, decidiu o ministro.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

